

Lugares no espaço paulistano ao final do século XX: Explorações

ANTONIO AUGUSTO ARANTES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

“Ninguém vive no mundo em geral.”
(GEERTZ, 1996)

Palavras iniciais

Nas décadas de 1980 e 1990, a temática dos *lugares* foi um dos assuntos transversais de maior destaque em minhas publicações. Para esta edição, agradeço aos gentis organizadores deste volume pela excepcional oportunidade de destacar de seus contextos originais fragmentos de textos reunidos no volume *Paisagens paulistanas* (ARANTES, 2000) e revisitá-los, com olhos de hoje, é claro. Sobre o contexto acadêmico em que aqueles reflexões se formaram¹, é relevante compartilhar que o tema se configurou multidisciplinarmente em atenção a algo que o entendimento da realidade social parecia demandar. Seria, esta demanda, parte da experiência de viver o que David Harvey (HARVEY, 1989) conceituou *time-space compression*? Talvez.

1 A pesquisa de campo e os escritos em que se baseia este capítulo foram produzidos no quadro dos projetos “Cidadania, nação e a experiência urbana contemporânea” e “Identidades - Configurações de cultura e política”, desenvolvidos na linha de pesquisa Cultura e Política, do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP. As publicações (FRANGELLA, 2010; LEITE, 2001; OLIVEIRA, 1998; PINHO, 1996; 2010; RUBINO, 2009) se apoiam nas dissertações e teses de seus autores, defendidas na mesma linha de pesquisa. Realizou-se, também o Simpósio Internacional CITYSCAPES - Espaço e poder nas grandes metrópoles, UNICAMP, 18/12/1996. Estas atividades tiveram o apoio das seguintes instituições: Fundação Rockefeller, FAPESP, FINEP/PRONEX, CNPq, CAPES e FUNCAMP. A documentação produzida está disponível no FUNDO Antonio Augusto Arantes. 1973-2011. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP). Disponível em: <https://redisap.unicamp.br/br-spael-aaa>.

No intervalo de quatro anos, na virada dos anos 1980 para 90, duas iniciativas relevantes à problemática espaço/lugar ocorreram nos Estados Unidos. Em 1988 o volume intitulado *“Place and Voice in Anthropological Theory”*, introduzido por Arjun Appadurai, tematiza as ideias de *lugar*, *localização* e *zonas de contato*, entre outras, como aspectos políticos do trabalho antropológico em campo, pelo viés dos estudos culturais críticos. Em 1992, edição hoje considerada histórica do periódico *Cultural Anthropology* vem a lume, introduzida pelo ensaio *“Beyond ‘culture’: space, identity and the politics of difference”*, de Akhil Gupta e James Ferguson, seus organizadores. Neste caso, são focalizados efeitos da globalização relativamente a deslocamentos de população, desterritorialização, fronteiras, entre outros, a demandar a desagregação da tríade ‘sociedade, cultura e território’, como argumentara Edmund Leach em sua monografia sobre os Kachin (LEACH, 1954). Mas o assunto é retomado sob uma nova ótica, ao explorar questões como deslocamentos, localização, identidade e comunidade acionadas pela teoria feminista pós-moderna. Nesta perspectiva, argumentam com muita propriedade que *conexão e contiguidade*, estas dimensões nucleares das ideias de lugar e localização (social e no espaço), não emanam do território, mas *“variam consideravelmente segundo fatores como classe, gênero, raça, e sexualidade, e são diversamente acessíveis a quem esteja diferentemente localizado no campo do poder”*², prenunciando, por sua vez, aspectos da interseccionalidade que vieram a ser mais plenamente desenvolvidos anos depois.

O estágio em que se encontrava o desenvolvimento dessa temática naqueles anos é expresso com acuidade por Clifford Geertz no Posfácio a uma coletânea onde se publicaram contribuições a um simpósio temático da área (GEERTZ, 1996, p.262). Investigações cuidadosas e bem circunstanciadas, comenta o mestre do interpretativismo em antropologia, promessas de algo que, se concretizado, poderá revelar *“o que significa estar aqui e não em outra parte, agora e não outrora, sem o que nossa compreensão permanecerá rasa, geral e incompleta”*³.

O meu interesse em compreender a formação de lugares no espaço urbano partiu de questões relativas à formação do patrimônio cultural, enquanto política de estado. Uma das questões basilares deste campo, dentre muitas outras que passaram a se colocar em uma época em que se retomava a democracia no Brasil (ARANTES, 1981; 1984), era entender os efeitos reflexivos do que se preserva

-
- 2 *“Connection and contiguity - more generally the representation of territory – vary considerably by factors such as class, gender, race, and sexuality, and are differentially available to those in different locations in the field of power”* (GUPTA, FERGUSON. 1992, P.23)
 - 3 *The anthropology of place (...) has the same sort of air, the same kind of promise. One can only faintly imagine what sedulous and circumstantial enquiries (...) will bring. But one thing they will bring, if they are indeed ever done, is a grasp of what it means to be here rather than there, now rather than then, without which our understanding will be thin, general, surface, and incomplete.*

sobre as práticas sociais dos habitantes dos territórios onde o patrimônio está situado. A quem interessaria salvaguardar o assim chamado *patrimônio ambiental urbano* ou outras modalidades que vieram a emergir nos tempos atuais? Para quem vive nas ruas e espaços vazios do centro, que sentido teriam estes marcos?

Os desafios propostos pela então incipiente *antropologia dos lugares*, para usar as palavras de Geertz (*Op.cit.*) conduziram-me ao centro da cidade de São Paulo, meu velho conhecido. Ao caminhar pelas ruas, calçadas e praças aproximei-me de pessoas, vivenciei experiências e observei ângulos da paisagem, em companhia de ensinamentos de De Certeau sobre práticas de espaço (DE CERTEAU, 1988 [1984])⁴. As observações etnográficas que realizei percorrem os anos 1980, e se nortearam pela atenção aos modos como o espaço é apropriado material e simbolicamente por quem passa nas calçadas ou permanece em pequenos nichos mais discretos, que são próprios dela. A observação conduziu-me a refletir sobre relações de poder nas socialidades que testemunhava e o ambiente em que se realizavam. O caminho levou-me a atentar para a contradição verbalizada por Hans que, abordado na Avenida Ipiranga pela videomaker Adélia Schlaich (SCHLAICH, 1989), apresentou-se como paulistano de 25 anos, pintor de carros desempregado e michê:

“Somos partes de um mundo só. Estamos todos juntos, mas não estamos no mesmo mundo. Você, se entrar no meu mundo, é estranho; eu, se entrar no seu, sou estranho. Você não ia me aceitar se soubesse que tenho passagens na polícia, e eu não ia te aceitar sabendo que você nunca roubou. Você tem um mundo e eu tenho outro mundo. Os nossos dois mundos estão em guerra. É isso!”

Onde/quando essa *guerra*⁵ ocorre? Qual é a natureza dessas fronteiras que, a um só tempo, separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põe em contato, tornando possível este diálogo/enfrentamento? Como se formam, se é que existem, os lugares e marcos que cotidianamente se formam e desaparecem, denominados neste ensaio *vernaculares*⁶.

4 Nas referências bibliográficas, insiro entre colchetes o ano da primeira publicação das obras referidas, além do usual ano da edição consultada, quando for o caso.

5 Ao nuclear este ensaio em torno da ideia de *mundos em guerra* não me refiro a extermínio como recentemente registrou Gilberto Dimenstein (DIMENSTEIN, 1990), mas enfatizo os elementos de violência, insegurança e risco em práticas de espaço.

6 Utilizo a palavra *vernacular*, em sentido inspirado pela linguagem da arquitetura, para dizer: resultante da criatividade de quem faz, adequado às condições de vida de quem cria, inclusive quanto ao uso de recursos disponíveis. Sobre o assunto, são inspiradoras as reflexões do geógrafo Neil Smith (2000 [1997]).



Foto de Paolo Gasparini. São Paulo, 1997.
Fundo Antonio Augusto Arantes, AEL, UNICAMP.
Arquivo de Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano: assistente editorial.

Plano de fundo. Memória-imagem

Que base comum haveria entre o sentimento de medo ou de proteção que despertam certos objetos com que convivemos no cotidiano, a vertigem de tempo/espço provocada pelo toque da areia branca que aflora do subsolo de uma grande metrópole e a contemplação da cidade, quando o olhar se dirige para as empenas cegas que fecham edifícios semi destruídos? Interligando essas experiências, pondera o criador de *Asas do Desejo* (WENDERS, 1987), há componentes da paisagem que podem ser interpretados como exceções, monumentos expiatórios, pequenas coisas que situam o observador diante do que é grande, hegemônico (WENDERS, 1994). Na cena cinematográfica de Wenders, são *personagens suplementares* da narrativa:

“Uma rua ou a fachada de uma casa, uma montanha ou ponte ou rio ou o que quer que seja, são mais do que um ‘último plano’. Eles também possuem uma história, uma ‘personalidade’, uma identidade que deve ser levada a sério. Eles influenciam os caracteres humanos que vivem nesse último plano, criam uma atmosfera, uma noção de tempo, uma certa emoção. Eles podem ser feios ou belos, jovens ou velhos; eles estão certamente ‘presentes’, e [esta] é justamente a única coisa que conta para um ator.”(Op.cit. p.185)

Lugares e passagens se articulam nestas reflexões que não lamentam a perda de um onde/quando em que os marcos físicos encarnariam sentimentos ou personagens pretéritos, ancorando irremediavelmente a experiência social de cada pessoa e as referências coletivamente compartilhadas. Memória importa na formação da paisagem urbana. Porém, acompanhando Wenders, penso que no espaço urbano são *as terras de ninguém*, criadas pelo desaparecimento das *ilhas* - ou seja, de tudo aquilo que é tradicionalmente próximo e caro - o que, de fato, permite tomar distância, visualizar a cidade e flagrar nela a experiência humana situada num primeiro e último planos entrecruzados. No eixo do espaço, procuro identificar, portanto, zonas luminosas, sombrias e de transição, e no do tempo, cristalizações efêmeras nas quais se fundem sobras presentificadas de passado e marcas turbulentas do presente.

Acontecimentos são retidos na memória como fatos aos quais podem ocorrer processos de *mutação marinha*, imagem de Hannah Arendt a respeito da incorporação de 'fragmentos de pensamento' arrancados do passado pela escrita de Walter Benjamin:

"O que conduz este pensamento é a convicção de que, embora o que é vivo esteja sujeito à ruína do tempo, o processo de decadência é ao mesmo tempo um processo de cristalização, que nas profundezas do mar, onde jaz e é dissolvido o que outrora viveu, algumas coisas 'sofrem uma mutação marinha' e sobrevivem nas novas formas e configurações cristalizadas." (tradução do autor. ARENDT, 1977, p.51)⁷

Lembranças são experiências retrabalhadas, transformadas, amalgamadas pelo pensamento e em sonhos. Escrever sobre elas é realizar explorações que cruzam inevitavelmente diferentes planos de realidade, análogos aos referidos por Gilles Deleuze ao comentar a obra do cineasta Alain Resnais. "*Cada lençol de passado*", escreve o filósofo, "*tem a sua distribuição, a sua fragmentação, os seus pontos brilhantes, as suas nebulosas, em suma, uma idade*" (DELEUZE, 1985; p.150). Assim, o narrador constrói planos contínuos não homogêneos pela fusão de materiais de idades diferentes e de naturezas distintas (o que experimentou diretamente, o que leu, ouviu contar ou conhece por imagem). Em outras palavras, aquele que se lembra delinea transversais que atravessam regiões distintas de passado e, por esse movimento constitui, tal como o diretor de *O Ano Passado em Marienbad* (1961) nas palavras do crítico, "*um lençol de transformação que inventa um tipo de continuidade ou de comunicação transversais entre vários lençóis e tece, entre*

7 No original: "*What guides this thinking is the conviction that although the living is subject to the ruins of the time, the process of decay is at the same time a process of crystallization, that in the depth of the sea into which sinks and is dissolved what once was alive, some things 'suffer a sea-change' and survive in the new crystallized forms and shapes*".

eles, um conjunto de relações não-localizáveis. Deslindamos, assim, um tempo não-cronológico” (Idem, idem).

A memória social, assim como a pessoal, apresenta o que Ecléa Bosi denominou “pontos de amarração”, ideia que permite tematizar intersecções entre as *relações transversais não-localizáveis* aqui mencionadas enquanto parte da memória social. Entre os paulistanos, escreve ela, “*o voo do Zeppelin sobre o Viaduto... o Dia da Vitória, o IV Centenário de São Paulo, as festas de São Vito e Nossa Senhora Aquiropita, os corsos do carnaval na Avenida Paulista, os bailes de 1º de Maio no Parque Antártica...*” (BOSI, 1992, p.145) são experiências em que várias gerações ancoram as lembranças da sua cidade, espaços e edificações inseparáveis dos eventos que neles ocorreram, que para Ecléa constituem pontos focais da memória. “*Se o espaço é capaz de exprimir a condição do ser no mundo*”, prossegue a psicóloga, “*a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira a sua seiva*”. Eis o que encerra a bela frase “*as lembranças se apoiam nas pedras da cidade*”. (BOSI, 1979, p.366/37)

Deslocamentos

Passos desatentos repetem infinitas vezes o percurso já trilhado. De um ponto a outro do trajeto rotineiro, espaço é distância. Marcos edificadas, fronteiras e passagem simbólicas são ignorados. O olhar-bússola não vê lugares, deseja chegar e, com frequência, acarreta inadvertidas transgressões arriscadas. Interrompido o deslocamento rumo ao destino visado, o olhar indaga, libera emoções e lembranças. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas, prescruta o presente. Um marco leva ao encontro de outro, na cidade-casa. Lembranças obscurecem a percepção de distâncias, iluminam experiências de várias idades, vivificam pontos brilhantes situados em planos diversos de passado enquanto outros, por processo inverso, se obscurecem. Revela o novo⁸.

Liberdade, Sé e Fórum

O metrô de São Paulo⁹ é um dos poucos espaços limpos e silenciosos da cidade. Em linguagem eficiente, persuasiva, inflexível, a voz que se dirige ao mesmo tempo a todos e a ninguém em particular adverte: “não ultrapasse a faixa amarela”, “não

8 A interpretação dos modos de estruturação das práticas de espaço aqui desenvolvida é, em grande medida, inspirada em Leach (1964; 1976) e Da Matta (1991).

9 O primeiro trecho de metrô, com extensão de 6 km, foi aberto em 14 de setembro de 1974, entre os bairros Jabaquara e Vila Mariana. A estação Sé foi inaugurada em 17 de fevereiro de 1978.

se apoie nas portas do trem em movimento”, “não force as portas para abrir”, “use os corrimãos das escadas rolantes”. Como em um manual de instruções informa ao público como usar o equipamento recentemente instalado, como comportar-se nele e coloca passageiros em situação de certa cumplicidade solitária, sob a vigilância eletrônica da autoridade invisível e induz confiança quanto à previsibilidade e pontualidade dos serviços. As tarifas não são muito diversas das cobradas em ônibus. Assim, a conjugação de dois fatores, preço e confiança, faz conviver nesse ambiente higienizado uma gama de usuários socialmente mais diversificada do que em outros transportes de massa.

Nos subterrâneos da megalópole, as marcas paulistanas evidentemente não desaparecem. Representações coloridas das linhas de circulação do trem referenciam a localização do passageiro (Liberdade, Paraíso, Tietê, Anhangabaú), destacando marcos de referência singulares da cidade. O uso rotineiro do metrô estabelece nova cartografia, reforçando alguns marcos tradicionais (Sé, República), incorporando novos (Armênia) e relegando outros ao esquecimento (Praça da Bandeira). Estas conexões com a superfície não modificam o fato de os subterrâneos do metrô serem um todo referenciado a si mesmo, na linguagem de Marc Augé (1992) um “não-lugar”, onde prevalece o tempo pulsante, linear e uniforme dos relógios.

Ao subir as escadas de saída, penetra-se o barulho das ruas. Lanternas e postes vermelhos componentes da cenografia orientalista informam: estou no bairro da Liberdade. Observo vitrines onde se oferecem roupas, utensílios, alimentos e iguarias vindos do Japão, Coreia, China ou, simplesmente, de aspecto oriental. Altares budistas, o pequeno jardim onde carpas nadam no pequeno tanque entre pinheiros miniaturizados, sushi-bares. Grafismos Kanji anunciam shiatsu, acupuntura, artes marciais em placas às vezes bilíngues. Todo o ambiente tematiza matrizes culturais orientais, oferecendo alguns produtos espetacularizados, outros não, ao consumo e entretenimento de imigrantes japoneses, chineses, coreanos, seus descendentes e visitantes das mais variadas origens.

No deslocamento rumo à Sé avistam-se as torres da catedral e, ao chegar à Praça João Mendes¹⁰ espaço onde a Casa de Câmara e Cadeia foi edificada em tempos coloniais e esteve em funcionamento até o século XIX onde se destaca hoje o imponente Fórum e o Palácio da Justiça. As três edificações monumentais a celebrar a lei e a igreja católica desencadeiam no corpo a preparação para o encontro com drogados, mendigos, policiais e os moradores de rua, anti-heróis do centro. O

10 No deslocamento rumo à Sé avistam-se as torres da Catedral e, na Praça João Mendes, o imponente Fórum e o Palácio da Justiça, a ocupar o espaço onde a Casa de Câmara e Cadeia foi edificada em tempos coloniais. Disponível em: <https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/AREA_3_PRACA_DR_JOAO_MENDES_Memorando.pdf> Consultado em 20/06/2026.

homem engravatado, com ares de magistrado, caminha a passos largos em direção ao Palácio da Justiça, à frente do guarda-costas que leva desajeitadamente o seu portfólio de couro importado.

Na transição da Liberdade para a Sé não há pontes ou portas construídas pelo costume, que possam ser cruzadas com segurança (SIMMEL, 1988 [1909]). Olhares e movimentos de corpo, gestualidades à primeira vista incompreensíveis, instalam no forasteiro uma progressiva sensação de desconfiança e risco. Mãos dissimulam o volume do dinheiro no bolso, abraços defendem ostensivamente pastas e carteiras, dinheiro e documentos. Ao lado da Catedral tudo se vende: plantas medicinais e produtos para rituais de umbanda e candomblé, mapas rodoviários e do corpo humano (os caminhos da geografia e da anatomia), roupas e sapatos, frutas, salgadinhos e miudezas. Raizeiros anunciam os seus medicamentos milagrosos. Sou transportado para o Mercado de São José, no Recife, talvez para lembrar que entre aqui e lá importantes diferenças se explicitam, embora nem tudo seja tão diverso. Ao redor dos ambulantes, formam-se pequenos grupos com mais curiosos que eventuais compradores. A performance da venda atrai a atenção do observador. Policiais-militares vigiam. Mendigos vivem a sua condição de invisibilidade, mimetizando a paisagem urbana como se fizessem parte dela.

Cruzando fronteiras entre o público e o privado, entre a necessidade e a propriedade privada, nesse ambiente as pessoas “jogam com o que é familiar”



Foto de Paolo Gasparini. São Paulo, 1997.
Fundo Antonio Augusto Arantes, AEL, UNICAMP.
Archivo de Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano: assistente editorial.

(TURNER, 1982, p.27) desfamiliarizando as mais corriqueiras práticas do dia a dia. Alimentar-se é ingerir sobras dos restaurantes e restos do lixo. Aconchegar-se é abrigar-se individualmente ou em grupo sob marquises, atrás de bancas de jornais ou junto às portas, nos cantos mais escuros. Buscar proximidade física e o reconhecimento de si enquanto pessoa humana provoca a hostilidade de quem não quer ser contaminado por corpos repulsivos ou o repúdio dos que temem ser agredidos. Simples suspeitas justificam prisão e possível execução sumária¹¹. Simone Frangella avança de modo inovador no entendimento das práticas e representações de corpo que observou junto a pessoas adultas vivendo nas ruas de São Paulo. “O universo dos moradores de rua é marcado por duplo movimento de exclusão e de vivência nômade, e tem o corpo como lócus de produção e enunciação dessa experiência.” (FRANGELLA, 2010, p.17-18)

Luz e sombra

Estando o movimento, o pesquisador identifica na passagem do tempo, diferenças entre transeuntes e ocupantes, o desenrolar de conflitos, jogos de poder e violência, a sucessão de tramas até o início de novo enredo. Observa a proximidade física dos corpos e os toques frequentemente procurados, que materializam confiança, desejo e aconchego. Homens de várias idades compartilham o leito improvisado no chão de um posto de gasolina de luzes apagadas. O homem abraça a companheira maltrapilha e lhe dá um beijo no rosto. A mulher penteia os cabelos do garoto sob a marquise do prédio ao amanhecer, enquanto outras crianças dormem abrigadas em caixas de cartão. O homem que faz bicos à noite, amarrando pilhas de jornal numa distribuidora para receber o dinheiro da média e do pãozinho da manhã seguinte, diz já ter sido assaltado várias vezes enquanto dormia. Agora, ele descansa, de dia “que é mais seguro”.

Tetos intangíveis abrigam fugitivos da casa, da escola, da igreja, da pracinha do bairro, da polícia e de sanatórios. Cacos e restos delimitam lugares de morar, onde a intimidade de gestos levanta paredes invisíveis que interrompem o olhar do pesquisador, fazem-no sentir-se intruso, indiscreto, e perceber a força dos limites simbólicos dos casulos no espaço urbano. A menina empurra a fotografia, fazendo-se notar ou defendendo sua privacidade, talvez ambos. A moradia no espaço público. Não casa e rua espacialmente complementares, mas relações e afetos da/na rua, que assimilam (reinterpretam) a trama familiar básica: tios e tias, irmãos, pais e mães de rua, um mesmo sistema de apelações estrutura novas relações, re-territorializando afetos e vínculos desenraizados, em ambiente socialmente livre de constrangimentos familiares.

11 Refiro-me à Chacina da Candelária, ocorrida em 23/07/1993, no Rio de Janeiro.

Perto do chafariz, logo à saída do metrô, meninos e meninas em grupos de cinco ou seis namoram, brincam, cheiram cola ou esmalte em sacos plásticos reaproveitados, “fazendo a mente”. Menino come o resto que lhe deram no restaurante, posando agressivamente para a câmera da fotógrafa que procura as torres da Sé. Velho alimenta o cão preso a uma árvore, na praça vazia. Dois homens enrolados em trapos sujos, cabeça coberta, se aquecem ao sol do meio-dia. Cão vigia. Noutro canteiro, homem parece estar chorando; outros falam com ele.

Na República, vendedores de alimentos servem trabalhadores e estudantes. À tarde, os michês pouco a pouco ocupam os locais mais discretos e se instalam à espera de clientes. De madrugada, os caminhões e varredores da Prefeitura lavam as ruas. Logo cedo, idosos caminham ou sentam-se ao sol. Um pouco mais tarde, retornam os vendedores. Hora de almoço no centro. O tempo todo, meninos e meninas circulam. Não tão visíveis, mas reconhecidos pelos demais frequentadores da Praça, traficantes e trombadinhas trabalham. No vídeo (SCHLAICH, 1989), o entrevistado afirma à repórter que cerca de cinquenta trabalham na esquina da Avenida Ipiranga com a São João, principalmente entre as onze horas e duas da tarde, durante a semana, quando funcionários de escritório circulam pelas ruas do centro. Diz que há “*umas dez firmas em atividade, com três ou quatro pessoas cada uma*”.



Foto de Paolo Gasparini. São Paulo, 1997.
Fundo Antonio Augusto Arantes, AEL, UNICAMP.
Archivo de Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano: assistente editorial.

Valores

O antigo Largo da Sé de São Paulo colonial recebeu, nas primeiras décadas do século XX, o imponente edifício neo-gótico e neo-renascentista inaugurado em 1954, ainda incompleto. Faltavam as torres, concluídas anos depois. Este, que foi o principal lugar de manifestações políticas populares e de cerimônias de Estado ao longo de décadas, foi esvaziado politicamente pelos agentes do Golpe de 1964 e fisicamente pelos gestores da Capital, que o alvejaram com a mega intervenção urbanística e paisagística feita em nome de uma estação de metrô, tão desnecessariamente monumental quanto o templo religioso. Inúmeras quadras foram esvaziadas entre a Sé, a Liberdade e a João Mendes. Estes logradouros foram, então, nas palavras da Prefeitura Municipal, “*unidos por passeios e remansos de estar entrepostos, que, requalificados, dão significado à legibilidade de espaço público uníssono, promotor de encontros ordinários e extraordinários*”¹².

Estas mudanças contribuem para a decadência de todo o Centro Velho, com o aumento do controle agressivo da antiga zona bancária e alimentação de sentimentos de medo e insegurança de estar no espaço público. Esvaziado o centro e rebaixado o seu valor imobiliário, eis que se abrem oportunidades para novos negócios que se fazem acompanhar por ações transgressoras de interesse dos investidores privados e provocam a interveniência das instituições de preservação. Ao final do século XX, a cidade é refém de embelezamentos de inspiração temática feitos para nichos de mercado com alto poder aquisitivo, negócios milionários de infraestrutura, degradação física dos espaços de menor interesse comercial, aumento exponencial de pessoas desabrigadas e sem moradia e demonstrações de efeito cênico da força policial.

A socióloga Sharon Zukin chama a atenção (ZUKIN, 1991) para o fato de que a formação destes *constructos*, amálgamas estruturas físicas e significados simbólicos apropriados aos investimentos, resulta de *enquadramentos*, portanto na interveniência de agentes que detenham poder suficiente para recortar seletivamente o tecido urbano e dar novo significado aos fragmentos assim delimitados. De fato, o conceito ‘paisagem’, não se refere apenas à *organização cognitiva* de conjuntos de objetos edificadas ou naturais, como sugeria Kevin Lynch (LYNCH 1982 [1960]), mas ao confronto e negociação de interesses, estratégias e táticas, como argumentou J. Jackson (JACKSON 1984) e Zukin depois dele. Esta abordagem urbanística que se torna frequente em finais do século XX incentiva projetos arquitetônicos eivados de dispositivos de vigilância e exclusão, fortificações de defesa contra moradores pobres da cidade, em particular os

12 Ver nota 10.

sem teto¹³. Somente a organização política eficiente cria a possibilidade de estes permanecerem nas regiões centrais e usufruir dos investimentos governamentais em infraestrutura urbana por meio da ocupação de edifícios abandonados. Intervenções como estas, realizadas por agentes públicos e privados para o benefício de investidores, evidentemente acrescentam ingredientes de monta aos já acirrados conflitos sociais.

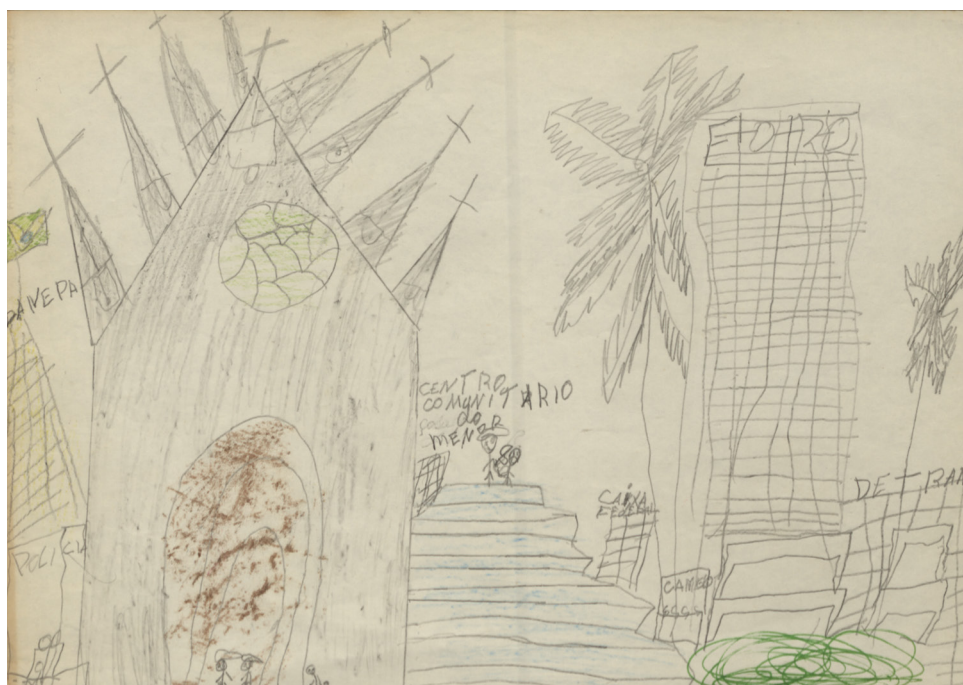
Assim, longe de se configurar como cenário próprio para as solenidades de Estado ou concentrações políticas populares, a Praça da Sé se repolitiza no chão, de forma pedestre, ao materializar publicamente a falta de direitos de grande parte da população da cidade e a luta pela sobrevivência por meio de assaltos, comércio e consumo ostensivo de drogas, construção de moradias invisíveis e a mendicância. Ganha força a oferta de vida melhor no tempo verbal subjuntivo: se ganhar na loteria, se for salvo por poções milagrosas ou quando seguir as abundantes pregações religiosas. Nesse ambiente, instituições políticas e assistenciais proclamam e teatralizam as suas práticas salvadoras.

Nesse espaço que tudo põe em relação, o planejamento urbano e as práticas de vigilância afetam os sistemas sociais, a moralidade e as territorialidades efêmeras que se formam nas ruas. Bloqueio de trânsito, corredores de tráfego rápido, terminais de ônibus encurralados, zonas de estacionamento regulamentado, concentrações de lojas, bancos, escritórios: as normas de zoneamento constroem outras fronteiras, atendendo a critérios técnicos, interesses empresariais e o controle policial. Ambos, planejamento e policiamento, apagam limites e fronteiras construídos, e incessantemente reconstruídos, pelos habitantes das ruas em suas práticas cotidianas. Nestas zonas simbólicas de sobreposição formam-se as sociabilidades que dão novo teto a esses jovens fugitivos dos tradicionais “espaços antropológicos”. Ainda que a transgressão dessas fronteiras tradicionais implique em arriscar a própria vida, o desabrigo perene inclui o prazer de movimentar-se num universo onde parece haver alternativas, onde os limites parecem aprisionar menos do que os lugares de onde fugiram, e aos quais às vezes retornam ainda que temporariamente. Assim, o caráter tênue dessas fronteiras simbólicas nas quais o modo indicativo presente se confunde com o futuro do subjuntivo, só pode ser interpretado como componente necessário de modos de vida onde cruzar limites é desafio prazeroso que pode levar ao alcance do que for necessário à sobrevivência e ao bem-estar subjetivo.

13 OLIVEIRA (2000; 1998) oferece significativa contribuição ao estudo sobre o uso de dispositivos arquitetônicos de segregação instalados na Avenida Paulista e seu entorno, em São Paulo.

Zoé

Em São Paulo, como em Zoé, cidade da narrativa de Ítalo Calvino, em toda parte “pode-se dormir, fabricar ferramentas, cozinhar, acumular moedas de ouro, despir-se, reinar, vender, consultar oráculos”. Lá, explica Marco Polo a Kublai Khan, “o viajante anda de um lado para o outro e enche-se de dúvidas: incapaz de distinguir os pontos da cidade, os que ele conserva distintos na mente se confundem.” (CALVINO, 1993[1972]). No entanto, a cúpula e a escadaria da Catedral, as palmeiras alinhadas, a estelar rosa dos ventos na base do marco onde a nave esculpida referencia as distâncias geográficas e os pontos cardeais a partir do centro asseguram: marco zero, estou em São Paulo.



Popi, 16 anos, 10 fora da casa dos pais. Destaca: Catedral, Banespa, Polícia Militar, Centro Comunitário do Menor, Caixa Econômica Federal, Fórum, Detran, camelô e palmeiras da praça. São Paulo, 1993.

Fundo Antonio Augusto Arantes. AEL, UNICAMP.

Archivo de Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano: assistente editorial.

Ocupação

As questões são muitas e o escopo destas páginas não é explorá-las exaustivamente. Entretanto, é necessário ampliar o enquadramento do objeto destas reflexões e conectar a profundidade subjetivista induzida pela observação de práticas em pequena escala com o campo aberto das ocupações coletivas que observei. Desloco a atenção para manifestações de rua - tal como festas e celebrações populares ou institucionais, de Estado ou religiosas - para argumentar que estas evidenciam configurações espaciais e rotas de deslocamento consolidadas que, ao serem incorporadas à experiência e à memória coletivas, conferem referências cênicas e cartográficas mais duradouras a determinadas práticas, e se tornam inseparáveis delas.

Nosso marco empírico serão manifestações populares de protesto contra o desemprego e a carestia ocorridas em São Paulo, entre os dias 4 e 9 de abril de 1983. Ato público realizado no bairro de Santo Amaro dá lugar a uma sucessão de saques e quebra-quebras que, progressivamente, atingem o centro da cidade. O relato se apoia nas matérias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo, com as quais trabalhei com o objetivo de tomar como referência um corpus que, embora restrito a uma só empresa de comunicação, pudesse ser consistente em termos de foco, linguagem, orientação política e qualidade jornalística. O tempo transcorrido é uma semana completa, de segunda a sexta-feira, duas semanas após a posse do Governador eleito (15 de março) e em seguida às comemorações, já em declínio, do aniversário do golpe civil-militar (31 de março). Sobre as circunstâncias destas ações, relembro que, nos anos 1970, havia ocorrido um crescimento de manifestações populares contra as condições de vida impostas pela ditadura. J. A. Moisés (1977), por exemplo, relata que, enquanto em 1974 houve três quebra-quebras, em 1975 ocorreram seis e, em 1976, até o mês de junho quando escreveu, dez outros haviam sido registrados. O dia escolhido pelos manifestantes foi o primeiro de trabalho daquele mês.

Ao narrar um drama social em episódios diários, ao longo de uma semana, o periódico publica nesta série de reportagens relatos e interpretações que iluminam uma conhecida cartografia política de São Paulo, e oferece à lembrança e à reflexão ações, atuações e narrativas midiáticas que, em suas intertextualidade, corroboram a tese que Clifford Geertz que, com muita clareza afirmou em uma de suas mais conhecidas etnografias: “o *simbólico* não se opõe ao *real*: o *real* é tão imaginado quanto o *imaginário*.” (GEERTZ, 1980, p.135)

Reconstituirei a seguir este processo em suas linhas gerais, retendo o mais possível da linguagem do noticiário, uma vez que eventuais flutuações e inconsistências de linguagem são aspectos relevantes da realidade interpretada. Adaptando o

método às peculiaridades do meu objeto, segmentarei essas narrativas à maneira das reflexões de Victor Turner (1972, p.91) sobre dramas sociais.

Episódio 1, sequência 1. Ruptura. Segunda-feira, 04 de abril de 1983, manhã e tarde

Um dia de saques e pânico é a manchete de primeira página da edição do dia 05 de abril que abre em seis colunas texto sobre manifestações e conflitos armados no Largo 13 de Maio, onde se localiza a Igreja Matriz de Santo Amaro, envolvendo populares, políticos, comerciantes e as forças repressivas do Estado. Esta é uma área de comércio formal e informal, à qual converge praticamente todo o sistema de transporte público que atende “a maior cidade nordestina do Brasil”, ou seja, a imensa área ocupada por habitações populares na Zona Sul da capital.

Próximo à igreja e no seu entorno agrupam-se, por volta das 8 horas da manhã, cerca de 2.500 participantes da manifestação convocada pelo Movimento Contra o Desemprego e a Carestia, organização política de esquerda que congrega sindicatos e organizações populares. Em passeata, os *manifestantes* percorrem as principais ruas do bairro. Tem lugar o primeiro saque a um supermercado. A passeata é interrompida pelos policiais, enquanto mais saques e protestos ocorrem em várias localidades entre o Largo 13 e a Praça Floriano Peixoto.

A partir das 15 horas, reúne-se na escadaria da igreja um número crescente de manifestantes. Inicialmente há uma centena de pessoas, são quinhentas quando o ato público tem início, já incorporando diversas lideranças populares. Aldo Rebelo, do PCdoB, ex-presidente da UNE - União Nacional dos Estudantes [sic] surge precisamente às 15h41 “*para assumir a liderança do protesto*”. São mais de mil quando, precisamente às 16h17, a vereadora Luiza Erundina, do PT, “*chega no Fiat branco placa FU-3706*” e parte liderando uma segunda passeata, proposta como “*encerramento pacífico da jornada*”. Dois pelotões da Tropa de Choque da Polícia Militar (60 soldados) e algumas unidades do Tático Móvel fazem o policiamento da área. Uma “*barreira humana*” é formada pelos policiais que empurram os manifestantes para mais perto da igreja e impedem que pedestres cruzem a avenida, aproximando-se deles. A população reunida se defende com pedras, pequenos objetos e cacos de vidro; os policiais são vaiados por cerca de 20 minutos. Durante todo o dia, inúmeras lojas são invadidas e saqueadas por pessoas que, em frente às câmeras da televisão, quebram mais o que já estava destruído. A Folha publica, entre outras imagens, a expressiva foto de uma mulher jovem, que sai apressadamente de um supermercado empurrando um carrinho onde leva o que juntara no saque: expressão tensa, quase vitoriosa, de quem altivamente se arrisca em luta por comida.

Elementos de ação dramática configuram-se desde logo. O dia escolhido para estas manifestações foi o primeiro dia útil do mês, em tempos de inflação altíssima e descontrolada. As manifestações têm início às 8 horas da manhã e se desenvolvem até por volta das 18 horas, mimetizando a jornada completa de trabalho, no centro político e comercial do bairro. Esse conjunto de marcos temporais e de espaço, com suas claras referências à política nacional, à jornada de trabalho e à temática do abastecimento da população, constitui um pano de fundo adequado para se *atuar* (no duplo sentido do termo, de *agir* e *interpretar*) o drama do desemprego e carência de alimentos por que passa a população no recém celebrado vigésimo ano da ditadura.

Episódio 1, sequência 2. Ruptura. Segunda-feira, 04 de abril de 1983, noite

As manifestações são deslocadas para os bairros dormitórios. Imperam ações desordenadas, “*um verdadeiro caos. Multidão incontrolável e furiosa*” enfrenta comerciantes armados. Esta é a tônica da imprensa nesta etapa. Comerciantes defendem seus estoques à mão armada, enquanto viaturas policiais percorrem as ruas escuras em alta velocidade intimidando a população. “*Não sabemos mais o que fazer; ninguém segura mais essa gente!*”, afirma um oficial da polícia ao repórter.

A dramaticidade das narrativas sobre a ação dos manifestantes e, principalmente, sobre a teatralidade do policiamento, tanto no centro de Santo Amaro como nos bairros, focaliza a alternância entre lugar de trabalho e de moradia, espaço público e privado, aos primeiros, o primado da ordem e, aos demais, a prevalência do *caos*. No centro, policiais militares executam movimentos coordenados e ensaiados, adotam taticamente formação coreográfica em espinha de peixe e se deslocam em grupos perfilados, para atacar os manifestantes e aprisioná-los em áreas fechadas com cordões de isolamento. A movimentação repressora passa a desenhar círculos e formar “*uma barreira humana*” para confinar mais eficientemente os manifestantes no centro da praça. No dia 05, ao retornarem à lida, adotarão esta última formação, embora invertam a direção do ataque. Passam a reforçar o isolamento dos manifestantes investindo contra a população que se aglomerava.

Nas vilas e jardins onde a população reside os movimentos executados pelos policiais são bruscos e rápidos, desordenados, improvisados, quase espontâneos e descontrolados. Não chegam a descrever formações em grupo. Configuram, antes, desenhos aleatórios e caóticos. As conotações de ordem e caos são reforçadas pelo noticiário. No centro, os repórteres identificam individualmente manifestantes e estes atuam para as câmeras de televisão “*quebrando mais o que já estava destruído*”, posam para fotos, dão entrevistas (há inúmeros comentários de

manifestantes nas reportagens). Nos bairros a “*multidão furiosa*” agride jornalistas e quebra equipamentos fotográficos.

Diviso quatro planos concêntricos no espaço narrado pelas reportagens. Há uma zona envolvente formada pelos locais de moradia, descrita como área conflagrada. Ela circunda o Largo 13 e contrasta com ele, compondo ângulos de visão, o “*último plano*” a que se refere Wenders (1994), a partir do qual o centro ganha centralidade e permite simular civilidade. Esta borda é descrita como zona caótica e conflagrada, terra de ninguém, onde a população vive situações de enfrentamento direto com a polícia e com os comerciantes. Nas quadras mais próximas ao Largo 13, relata-se que passeatas e tumultos, quando ocorrem, são controlados pelo policiamento. A barreira circular formada pelos policiais isola o espaço do centro, onde transcorre a cena focal, manifestantes e apoiadores são individualmente identificados e anunciados, por nome, ocupação e outras características correntes. Políticos profissionais em cena são identificados pelo nome, vínculo partidário e horário preciso de chegada é anotado. A ação dramática se desenvolve a partir de ato público no largo principal, de onde partem os cortejos que disseminam palavras de ordem, serpenteiam na zona de entorno, recolhem algum objeto aqui e ali, e em seguida retornam ao porto de partida. No fundo, reina a barbárie em tumulto. Eis o conjunto de performances e enunciados que este primeiro dia do drama se apresentam.

Episódio 2, sequência 1. Crise. Terça-feira, 05 de abril de 1983

No dia seguinte o Largo 13 amanhece sitiado. Desde as 5h30 da manhã pesado policiamento instala-se e aí permanece o dia todo. Monta guarda aproximadamente uma centena de policiais. Por volta das 10h30, algumas dezenas de homens, mulheres (algumas grávidas) e crianças começam a ocupar a escadaria da igreja. Há saques, tumultos e ameaças de novos saques, como que recompondo e rememorando os acontecimentos da véspera.

No Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, desde às 11hs, aproximadamente 1.000 pessoas tentam marcar audiência com o Governador, que é flagrado pela câmera do repórter a observar, de uma janela do Palácio, os manifestantes reunidos na rua. Diante da demora em serem atendidos, há tumultos e derrubam-se as grades do jardim que protege o Palácio. Os manifestantes são contidos por policiais, e têm início as negociações para que uma comissão seja recebida no Palácio. Espera-se resposta. Por volta das 15h, os últimos manifestantes são retirados pela polícia da frente do Palácio.

No Largo 13 de Maio a situação escapa ao controle dos policiais que “*agridem indiscriminadamente*” quem passa perto de cerca de 1.000 pessoas que se

aglomeram em volta do coreto da Praça Floriano Peixoto, a três quadras da Catedral, para mais um ato público. Junto às moradias, os conflitos prosseguem e se ampliam. Há “*tiros, pedradas e pancadaria*”, mas não se interrompe a “*onda de saques*”, apesar do policiamento ostensivo.

Nesse segundo dia, os acontecimentos no centro de Santo Amaro são uma versão mais branda dos da véspera e seguem aproximadamente os mesmos padrões até à tarde, quando se acirram os conflitos entre manifestantes e policiais no Largo 13. Nesse momento, corre a notícia de que “*um grande número de desempregados*” chega ao Parque Dom Pedro, no centro da cidade. Em Santo Amaro, as manifestações são arrefecidas.



Saque de alimentos em supermercado. Imediações do Largo 13 de Maio, Santo Amaro. Folha de São Paulo, 5 de abril de 1983. Imagem. Banco de Dados Folha de São Paulo. Fundo Antonio Augusto Arantes. AEL/UNICAMP. Archivo de Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano: assistente editorial.

Episódio 2, sequência 2. Crise. Quarta-feira, 06 de abril de 1983

As praças da Sé, República e Dom Pedro amanhecem fortemente policiadas por cavaleiros, tropas de choque e viaturas policiais. Manifestações são deflagradas no centro. No rastro de uma vaga informação de que os desempregados entrariam pela Ladeira General Carneiro em direção à zona bancária e à Sé, os saques eclodem de fato em plena Rua Direita. A primeira loja tem vitrines e portas quebradas por uma multidão que, por volta das 15hs, age com calma e tempo suficiente para escolher o que levar. Na calçada, “*jovens disputam ferozmente*” televisores, aparelhos de som e agasalhos esportivos. “*Mulheres, trabalhadores,*

desempregados e idosos” invadem uma casa de modas, carregando inclusive os manequins. A partir daí, uma série de ações relâmpago ocorrem nas proximidades, transformando “*o centro nervoso do mercado financeiro em praça de guerra*”. Pela Rua Direita, os manifestantes chegam à Praça do Patriarca; daí tomam a Rua São Bento (16h30) e ganham as ruas Boa Vista e XV de Novembro (17h30). Nestas ruas e em outras próximas, saques e manifestações alternam-se com incursões da polícia: antes dela chegar, os manifestantes saem, e retornando logo que as forças repressivas se afastam do local. No Pátio do Colégio (18h), próximo ao Palácio da Justiça e da 1ª Delegacia de Polícia, cerca de 2.000 pessoas enfrentam os Policiais Militares gritando “*emprego! emprego!*”. Ao tentar arrombar os janelões do Tribunal de Alçada Civil, um grupo é acuado por uma perua veraneio da Polícia que “*com os faróis e sirenes ligados foi jogada contra eles*”.

Desde logo se observa que os acontecimentos do centro da cidade se desenvolvem segundo um padrão de ocupação de espaço totalmente diverso do que ocorreu em Santo Amaro. Se as coreografias da repressão no bairro sugeriam uma figura pulsante de círculos concêntricos, envolta por uma grande zona conflagrada, no Centro Velho ela assume surpreendentemente a forma de uma laçada ao redor do núcleo histórico da cidade. O fluxo das manifestações que eclodem em diversos pontos descontínuos desenha uma evolução de aproximadamente três horas, num percurso que acompanha os eixos que delimitam o chamado triângulo. O ponto focal desse trajeto é a Praça da Sé, onde, por mais de três horas, a população enfrenta forte destacamento policial. Ao mesmo tempo, há conflito entre centenas de manifestantes e policiais de uma tropa de choque nas proximidades da rua 24 de Maio e Avenida Ipiranga, junto à Praça da República.

Estes relatos contêm duas pistas que ajudam a compreender o sentido dessas manifestações. Um é que as notícias veiculadas pela imprensa mencionam o Parque Dom Pedro como ponto da suposta chegada dos desempregados ao centro em lugar da Praça das Bandeiras: o Parque é por onde chegam as linhas de ônibus que vêm da Zona Leste de São Paulo e não os que vêm do Sul, onde se localiza Santo Amaro. A outra, é a longa matéria publicada, segundo a qual os manifestantes não teriam saqueado o bairro de Pinheiros (que, aliás, não se localiza no eixo entre Santo Amaro e o Centro)! Estas notícias “ao revés”, sobre o que não teria acontecido, reforçam a hipótese de que a imprensa trabalhava com o pressuposto de que as manifestações populares de 1983, principalmente as que ocorreram no centro histórico, seriam herdeiras e continuadoras diretas das passeatas de estudantes, trabalhadores e população em geral que, até 1968, tomavam as principais ruas do centro, particularmente a Praça da Sé, onde se faziam grandes comícios e atos públicos. Logo após o Golpe Militar de 1964 aquelas ações, quando reprimidas pela polícia civil e militar, tenderam a refluir para localidades mais distantes do centro. Elas se rearticulavam aos pedaços em bairros como o Brás e a Mooca, Pinheiros e Santo Amaro, onde havia significativa

concentração de fábricas ou para onde confluíam as linhas de ônibus que serviam bairros populares. Percorrendo agora, significativamente, o caminho inverso, elas por assim dizer migram de um desses bairros (Santo Amaro) para o centro: mas não passam por Pinheiros - ressalva a imprensa - e, apesar dos temores dos lojistas, não proveem da proletária Zona Leste, nem usam o Parque Dom Pedro como porta de entrada para o centro!

A hipótese de que as manifestações de 1983 fariam ecoar, nas mentes dos jornalistas, as ocorridas na década de 1960, sugere que elas, exatamente como todo rito, de fato atualizam um padrão tradicional que faz repertório da cultura política popular, ou seja, não os repetem mecanicamente, mas deslocam o mapa da ação e criam saídas no calor da hora. Amplificando os termos do conflito esboçado na fase anterior, os protestos no centro da cidade evidenciam a real magnitude do processo que, em síntese, poderia ser compreendido como a emergência de contrapoderes populares no contexto de uma esfera pública sob intervenção: é essa a base de conflito que o drama social traz a público e que será simbolicamente trabalhada por ele.

As matérias publicadas nessa mesma edição da Folha, tendo como título as manchetes “*O 2º Exército entra em regime de prontidão*” e “*A violência se alastra e Montoro promete ordem*” antecipam a fase seguinte do processo e iluminam um segundo núcleo político do drama: a disputa pelo controle da ordem pública e contenção do conflito de interesses entre o Governo Estadual (civil e recém-eleito por voto direto) e o Federal (militar, há 20 anos no poder através de golpe de estado).

Episódio 3, sequência 1. Controle. Quinta-feira, 7 de abril de 1983

A área delimitada pela Praça da Sé, Praça da República e Parque Dom Pedro amanhece fortemente policiada por cavaleiros, tropas de choque e viaturas da polícia militar. À despeito disso, continuam a ocorrer violentos choques entre a população e a polícia. Entretanto, o noticiário enfatiza a interpretação dos fatos, busca justificar as medidas anunciadas ou efetivamente tomadas pelo Governo Federal e Estadual e ensaia acusações contra possíveis bodes expiatórios. O jornal registra a polifonia das opiniões em circulação: para alguns, uma intervenção federal seria a única maneira de manter a ordem em São Paulo; outros identificam políticos de oposição (vinculados ao PCdoB, à Convergência Socialista e à Comissão pró-Central Única dos Trabalhadores) entre os mais radicais nas manifestações e levantam suspeitas sobre a sua atuação; agentes provocadores agindo com o apoio das forças policiais são identificados e citados nominalmente; o comandante do Distrito Policial de Santo Amaro é afastado por abrigar pessoas favoráveis à intervenção federal no Estado; políticos governistas sugerem medidas

que contemplem as reivindicações trabalhistas dos manifestantes, tais como a elevação do salário mínimo e abertura de frentes de trabalho; os de oposição rebatem as acusações.

As autoridades decidem por uma interpretação que justifica a intervenção direta e autônoma da Secretaria da Segurança Pública do Estado (questões políticas são da alçada da Polícia Federal, argumenta a imprensa). O veredicto é “*o problema é policial e não político*”. Com centenas de pessoas presas, a repressão avança com firmeza retomando o controle de toda a área do *triângulo histórico* ao conter não mais a ação de manifestantes que a imprensa identificava como “*carentes e desempregados*”, mas de “*alguns jovens (office boys e desocupados) baderneiros e oportunistas*”, que punham em risco a recém recuperada ordem democrática.

Episódio 3, sequência 2. Controle. Quinta-feira, 07 de abril de 1983

“*Um dia de paz na cidade*”. A manchete anuncia a sequência final desse drama. Balanço oficial: 566 detidos, 127 feridos, 15 veículos particulares e sete veículos da polícia danificados, 48 estabelecimentos saqueados. A imprensa noticia finalmente medidas e projetos oficiais “*de ajuda aos desempregados*”, informa que as empresas seguradoras cobrirão os prejuízos dos lojistas, louva a competência do governo do estado em recuperar e garantir “*a ordem pública*” e faz acusações contra os mais radicais “*da direita e da esquerda*”.

Episódio 4. Resolução. Sexta-feira, 08 de abril de 1983

Como cena final, uma imagem que denuncia a si mesma ao contrapor-se à daquela dona de casa que, vitoriosa, participava do saque em Santo Amaro: numa bem estruturada foto de primeira página, um conjunto de pratos de coleção dispostos na parede ao fundo coroam a Primeira-Dama que se apresenta sentada à mesa no Palácio dos Bandeirantes de onde lança oficialmente a Campanha de Solidariedade aos Desempregados.

Comentários

A leitura das reportagens publicadas pela Folha de São Paulo permite rastrear algumas questões para reflexão. Em termos práticos, o saldo político do episódio parece ser bastante próximo daquele apontado por E.P. Thompson (1991) sobre os quebra-quebras ocorridos na Inglaterra. Tal como a plebe do Setecentos referida pelo historiador britânico, os manifestantes paulistanos tiveram de abandonar a sua “postura insubordinada” e seguir as regras da política institucional na negociação

de suas demandas. De modo similar, as análises produzidas sobre o declínio das ações políticas diretas no final da década de 1980 e início de 1990 mostram que a reestruturação dos partidos e a formação de novas agremiações criou os necessários canais para o encaminhamento “ordeiro” das reivindicações populares na retomada do processo democrático. A bem da verdade, é preciso lembrar que, se de fato foi este o rumo principal seguido pelo processo histórico, é também verdade que as zonas de turbulência do processo social não desapareceram. Nesse mesmo período aumentaram vertiginosamente assaltos, sequestros e outras formas de violência contra a pessoa e a propriedade privada.

Ainda na esfera política institucional há um segundo aspecto a considerar. Tendo ocorrido poucos dias depois da posse do primeiro Governador eleito em São Paulo desde 1964, e sendo este um dos líderes da oposição ao Regime Militar, ao dramatizarem as forças que compunham a esfera pública naquele momento, esses acontecimentos desempenharam o importantíssimo papel de estabelecer a legitimidade de um governo civil e eleito que se mostrou, perante o Governo Federal (militar) e a sociedade, capaz de manter a estabilidade política na capital do estado.

Isso dito e aceito, falta refletir sobre *como* tais acontecimentos produziram os feitos mencionados. Neste aspecto, é preciso considerar os efeitos de performance presentes nas manifestações de protesto analisadas. Em ensaio sobre comemorações e manifestações políticas de rua, Richard Schechner (1993) se refere à dramaturgia, coreografia e cenografia próprias do que ele denomina “teatro público direto”. Naquelas reflexões, ele dá lugar de destaque às complexas relações entre teatro e mídia. Ao identificar componentes cênicos (no sentido estrito e não metafórico do termo) naquelas ações, a reflexão do crítico corrobora o argumento de que as manifestações públicas do conflito social não eclodem em quaisquer ruas, em quaisquer praças, em qualquer dia e a qualquer hora. Elas buscam, isto sim, lugares e ocasiões determinados: aqueles que se apresentam como adequados do ponto de vista das significações que encerram e da produção de novos significados que ensejam. Numa palavra, aqueles que o ritual define como simbolicamente necessários. São lugares que, além de propiciarem visibilidade pública às atuações e aos seus atores, carregam significações contemporâneas e de memória que devem ser retrabalhadas pelo ritual, performativamente.

Nesse sentido, a presente interpretação dos saques e quebra-quebras paulistanos sugere que aquelas ações, qualificadas pela imprensa como “*atos de vandalismo*”, abrigam um aspecto civilizador muito relevante. De fato, os manifestantes contribuíram para repolitizar o centro, recriando o lugar político que o Regime Militar sequestrara. A retomada do centro da cidade como lugar de exposição pública, nesse sentido, pode ser interpretada como parte do processo de democratização do país no bojo do qual as rebeliões populares - que vinham

tendo um crescimento visível na década de 70 - deram progressivamente lugar a manifestações de partidos e de frentes partidárias.

Este episódio sugere também que os habitantes da cidade (incluindo as classes populares e o sistema repressivo) compartilham certas representações em suas leituras do espaço urbano, atribuindo significados diferenciados a lugares de poder, estruturando-os em graus de importância e centralidade. A cartografia do espaço público enunciada pela tomada do espaço pela força é constitutiva tanto das manifestações populares quanto das práticas de repressão e vigilância.

Subvertendo significados convencionais, explorando a polissemia e potência simbólica historicamente acumulada na paisagem, essas ações não só recuperam como inscrevem novos sentidos no espaço da cidade. A performance política aqui apresentada representou uma dupla quebra de códigos implícitos: os da intocabilidade da propriedade privada (que regulam eticamente as relações sociais nas práticas de comércio) e os dos usos políticos do centro da cidade. Nem tudo esteve na mira da quebradeira. As edificações mencionadas nas reportagens são estabelecimentos comerciais e edifícios públicos. As igrejas foram poupadas e mesmo serviram para o abrigo e refúgio dos manifestantes. Os objetos saqueados foram inicialmente os estoques dos armazéns e supermercados do bairro popular e em seguida das lojas do centro. Mas, além do saque dos bens que, de certo modo, a sociedade lhes negava, o ataque aos templos do consumo tinha um elemento cerimonial que era ao mesmo tempo a exposição e a crítica de uma situação real de carência e exclusão.

Nessa conjugação de narrativa e performance, o espaço urbano emerge como um misto de referente e signo, lugar onde se fundem os dois sentidos do drama: ação com sentido prático e encenação. E, nesse contexto, as transgressões de fronteiras simbólicas, ao mobilizarem pensamentos e sentimentos poderosos, não podem ser interpretadas simplesmente como manifestações de falta de consciência cidadã. Saques e quebra-quebras são performances de protesto, ritos que - num código que faz parte da cultura política popular e que exigem parâmetros espaço-temporais adequados para se expressarem - reafirmam e modificam (mais do que negam ou desconhecem) o espaço público enquanto lugar político.

Reflexões finais

Entre o que é dado a observar a uma distância segura e a decompor analiticamente em atributos binários - público/privado, exclusão/inclusão, autoridade/obediência - há sempre trânsitos e transgressões a desafiar o que aparentemente estaria dito e feito inequivocamente. A compreensão dos ordenamentos institucionais e vernaculares tematizados neste ensaio impulsiona o pensamento a ir além

dos territórios sociais classicamente tematizados pela antropologia, pois os que interpreto são intersticiais e móveis, dizem respeito a pertencer, em ambiente de exclusão, e a habitar no desabrigo. É no chão público, cotidianamente trilhado, onde se constroem coletivamente as fronteiras simbólicas invisíveis - mas, perceptíveis - que aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais que na cidade se encontram e se enfrentam, se confrontam e se rejeitam em suas mútuas relações. A partir do chão, devem ser focalizados. Estudos sobre sociabilidades de rua têm reafirmado o princípio de os fragmentos do mosaico urbano têm a sua lógica, os seus códigos e normas, a sua própria estética e moralidade, tal como ocorre nas sociedades tradicionalmente estudadas pelos etnólogos. Maffesoli (1987, p.194), por exemplo, argumenta que essas socialidades constituem um social que se realiza como “*multidão de aldeias que se entrecruzam, se opõem, se entreajudam e ao mesmo tempo que permanecem elas mesmas*”. A questão que me coloco em relação à ênfase que tem sido colocada na especificidade de cada *aldeia* urbana, é que o lugar do ser (BOSI, 1979, p.366/37) no mundo das ruas, diversamente do que ocorre em terras de ocupação tradicional, não corresponde a territórios no sentido jurídico do conceito. A materialidade dos lugares, como realidades efêmeras, é pulsante e suas fronteiras fugidias. Nesse contexto, formam-se desafios silenciosos aos projetos urbanísticos e de segurança, que se querem disciplinadores do uso da urbe, e à intenção sedutora da tímida valorização estética de produtos para o mercado¹⁴.

Memórias de infância são minha bússola no trajeto da Praça da República à Sé, pólos opostos do sintagma que se estende através da rua Barão de Itapetininga, atravessa a Praça Ramos de Azevedo (Theatro Municipal), cruza o Viaduto do Chá (que perpetuou a Chácara do Chá, do Barão de Itapetininga, que não mais existe), a Praça do Patriarca (onde portal contemporâneo encobre a singela Igreja de Santo Antônio, do pão dos pobres) e segue pela Rua Direita até a Sé, hoje integrada com a João Mendes e a Liberdade por intervenção urbanística de porte. No final, me perco. Este percurso e paisagem são compartilhados com os jovens moradores destas ruas e com pessoas de diversas gerações que se sucederam nesta cidade e se fizeram fotografar nela, ainda que só na entrada do Viaduto sobre o Anhangabaú dos cartões postais. Passeatas que se irradiaram da Praça da Sé até o final dos anos 1960 seguiram o mesmo trajeto em direção ao Centro Novo. É de se perguntar de que modo a repressão de usos e a demolição de quadras inteiras afetam a apropriação da cidade por seus moradores e visitantes.

Ao interpretar o modo como conflitos tomam a cidade e se espacializam nela, como no caso dos quebra-quebras referido anteriormente, o pesquisador se arrisca a desviar dos procedimentos de pesquisa e narração convencionais na etnografia.

14 RUBINO (2009); LEITE (2001).

Experimenta cada encontro nas ruas como ocasião única, fugaz, e é levado a conviver com a incerteza do reencontro, a improbabilidade de estabelecer relação intersubjetiva mais duradoura com pessoas que deseja conhecer. A estonteante temporalidade desse objeto não deixa alternativa senão recorrer a conversas fragmentadas e a um certo *flânerie* etnográfico.

Os objetos de pesquisa têm a sua própria história na literatura acadêmica. No caso das paisagens urbanas, certamente as contribuições de Walter Benjamin são marco definitivo. Seus escritos incitam o pesquisador a considerar que, tal como o explorador de cidades benjaminiano, o etnólogo caminhante se esconde atrás das paredes do anonimato (que lhe oferece a teoria social) e, ao mesmo tempo, se expõe à “*embriaguez anamnésica que acompanha o flâneur deambulando na cidade, não encontra o seu alimento apenas naquilo que é perceptível à primeira vista, mas toma o saber simples, os dados inertes, que se tornam assim algo vivido, uma experiência*” (BENJAMIN, 1989, P.435. Tradução do autor)¹⁵. Quando a escuta é prejudicada pela ausência de diálogo, o olhar se torna o principal dispositivo de observação. E o olhar entra em confronto com registros de situações análogas, tomados a partir de ângulos e enquadramentos diversos, aqui retidos no texto a deixar claro que o objeto em questão é polissêmico e multivocal. As praças da Sé e da República, e o que ocorre no seu entorno, são algumas das inúmeras enunciações que as práticas sociais de agentes diversos podem construir - e efetivamente constroem - no espaço da cidade de São Paulo, onde uma sociedade fragmentada se encontra em guerra consigo mesma¹⁶.

Enquanto as questões abordadas pelos tradicionais estudos socioantropológicos sobre a urbanização e os movimentos sociais urbanos dizem respeito a temas como habitação e infraestrutura, a ênfase na política dos lugares traz à luz assuntos relativos à política de identidades e direitos culturais. Por um lado, diz respeito ao sentimento de pertencer, compartilhar condições de vida, memórias e experiências, sentir-se parte de coletividades, possuir valores em comum e reconhecer sentimentos profundos de identificação. Este não é simplesmente um terreno de interesses calculados, ações robóticas e compartilhamento

15 “*Cette ivresse anamnétique qui accompagne le flâneur errant dans la ville, non seulement trouve son aliment dans ce qui est perceptible à la vue, mais s’empare du simple savoir, des données inertes, qui deviennent ainsi quelque chose de vécu, une expérience*”. (BENJAMIN, 1989, P.435)

16 Ao inserir neste ensaio fotografias e desenhos ancorados nas experiências individuais de quem os produziu, destaco os limites de minha percepção, a natureza multifacetada do objeto de minhas observações etnográficas. Os desenhos foram produzidos por jovens moradores das ruas do centro de São Paulo, frequentadores do Clube da Turma da Mooca. As fotos de Paolo Gasparini foram produzidas especialmente para a linha de pesquisa Espaço e Poder, do projeto Cidadania, Nação e Experiência Urbana Contemporânea e as de Alice Brill foram especialmente selecionadas com a fotógrafa para a mencionada iniciativa patrocinada pela Fundação Rockefeller. Ver Nota 1.

de informações frias. É nele que se forma a ideia de nação e onde germinam sentimentos relativos à terra natal e à solidariedade. Refiro-me aqui a um campo povoado por valores, carregado de sentimento e de força simbólica. Pertencer a grupos ou categorias sociais identificáveis é também localizar-se no mapa social, ou seja, ocupar posição reconhecida e legítima. Em outras palavras, implica em situar-se em um lugar, entendido como espaço com sentido compartilhado. Sem domicílio ou referências pessoais é-se coisa fora de lugar, como se usava dizer algum tempo atrás no Brasil, e talvez ainda se use, é ser *desclassificado*, no sentido registrado no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, “*que, ou o que, não goza de bom conceito, de estima, de consideração (mulher d.) (aquele sujeito é um d.)*”, não estar habilitado a cruzar fronteiras entre a condição comum de ser e a vida social institucionalizada. Os dois atributos ‘*pertencer a*’ e ‘*estar situado em*’ são dimensões relacionadas, mas distintas, da condição de cidadão. Pois, se pertencimento significa, em termos amplos, fazer parte do que se reconhece como um “nós” ou, como se diz coloquialmente, “*ser gente como os outros*”, estar legitimamente situado no mundo significa ter direito a ocupar posições e a desempenhar papéis que permitem e impedem ou, numa palavra regulam o acesso a recursos materiais e simbólicos socialmente acumulados.

A aceitação do princípio de que há modos particulares, diferenciados, de participar na vida da nação (o primado das diferenças) e de que esses modos diferenciados são irredutíveis e nem sempre se conformam aos limites ditados pelos modos hegemônicos de ser, traz à tona uma importante tensão conceitual e política. A universalidade pressuposta pelas comunidades políticas, e lembremo-nos, a cidade é o lócus por excelência de exposição dessa tensão entre o todo fraturado e o fragmento, abriga necessariamente as particularidades, demandas e possibilidades próprias a cada segmento e categoria social que ela busca abranger.

Osmundo Pinho desenvolve reflexão relevante sobre “*a reinvenção da cidade como territórios negros*”, lutas ideológicas travadas, de um lado, “*pela representação da cidade e de seus lugares*” levada a efeito “*pelos blocos afro, especificamente o Olodum para o Pelourinho e o Ilê Aiyê para a Liberdade*”; e, de outro, pela “*ocupação dos espaços e sua resignificação através de práticas (...) performáticas*” tais como o carnaval, a terça da benção, festas de largo, demonstrações e protestos, “*garantindo a instalação de uma dialética nova e africanizada entre o patrimônio histórico edificado e os sujeitos sociais incorporados a aquele espaço*”. (PINHO 2010 p.395-396)

Ao refletir sobre a tensão entre a condição singular de pertencer a um determinado segmento social (de gênero, etário ou racial, por exemplo) no interior de uma coletividade política mais ampla como a nação, Elizabeth Jelin (1996) denuncia a armadilha da concepção liberal e relativista de cidadania que propõe um universal que de fato não abriga o particular, mas o anula. Em suas palavras, a diversidade

cultural “*não se anula na universalidade, mas é constitutiva dela*” (JELIN, 1996, p.23), ou seja, é a diversidade que confere sentido e conteúdo histórico particulares ao princípio de equidade. Ao destacar esta questão, a cientista política associa - e este é o aspecto mais relevante para o tema que nos ocupa - a existência de diferenças sociais efetivas ao reconhecimento do direito à diferença, ou seja, ao direito de participar de modo específico e diferenciado, da instância política e social mais ampla, que é a nação. E mais ainda, admitindo o caráter dinâmico e processual das fronteiras simbólicas, o princípio deve incluir a liberdade de se produzirem novas configurações de interesses e novas fronteiras sociais onde e quando o sentido político se forme.

Depreende-se desse raciocínio que os direitos culturais não se restringem à possibilidade de informar-se, instruir-se ou de se expressar a partir de lugares sociais implicitamente postulados como fixos ou compartilhar direitos genericamente postulados e pré-determinados. Coloca-se necessariamente o pleito ao direito de construir e reordenar diferenças, identidades e identificações; o direito a mudar, a rejeitar ou a reinventar tradições.

Os debates e embates atuais em torno da questão da cidadania não buscam, então, apenas pluralizar os lugares sociais a partir dos quais se pode legitimamente reivindicar “*o direito a ter direitos*”, na célebre frase de Hannah Arendt. Eles atuam, também, no sentido de garantir a liberdade de criar e de modificar fronteiras,



Foto Alice Brill, São Paulo, c.1950.
Fundo Antonio Augusto Arantes, AEL, UNICAMP.
Archivo de Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano: assistente editorial.

alianças e identificações estabelecidas (ou tradicionais). Considerando a cultura como instância de constante reprodução, confronto, transformação e reordenação de diferenças, o reino por excelência do deslocamento inesperado de tudo o que é dado e conhecido, constata-se quão profundamente limitada é a ideia de nação como somatória de comunidades justapostas no mosaico emoldurado por alguma categoria totalizante, argumento que também vale para as políticas de salvaguarda de patrimônio, de segurança pública e de planejamento urbano.

À sensata observação “*ninguém vive no mundo em geral*”, feita por Geertz e destacada na epígrafe deste ensaio, cabe acrescentar que, a bem da verdade, tampouco se vive em um só *lugar* a cada momento, especialmente nas grandes metrópoles, e em tempos de aceleradas mudanças na tecnologia de comunicação. Resta saber, entre as inúmeras questões que aqui deixo em aberto, de que modo a realidade pluri temporal e espacialmente descontínua - incessantemente construída, mais e mais, sem terra firme - afeta a política de identidades e as referências espaço-temporais do cotidiano.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Antonio (Org.) *Produzindo o Passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARANTES, Antonio; ANDRADE, Marília. *Revista de Antropologia*. Vol.24. São Paulo: USP, 1981
- ARENDT, Hanna. Introduction. In: ARENDT, Hanna (org.) *Illuminations. Walter Benjamin*. Glasgow : Fontana/Collins, 1977 [1968]
- AUGÉ, Marc. *Non-lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil, 1992.
- BENJAMIN, Walter. [M] Le flâneur. In : BENJAMIN, Walter. *Paris, capitale du XIXème Siècle. Le livre des passages*. Paris: CERF, 1989.
- BOSI E. “Memória da Cidade: lembranças paulistanas” IN: Secretaria Municipal de Cultura. *O Direito à memória*. São Paulo: DPH/SMC, 1992.
- BOSI E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Ed. T. A. Queiroz, 1979.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). Cidade. *Revista do Patrimônio*, número 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DAMATTA, Roberto. Espaço: Casa, rua e o outro mundo: o caso do Brasil. In: *A Casa & A Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DE CERTEAU, Michel. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press, 1988 [1984].
- DELEUZE, Gilles. *A Imagem-Tempo. Cinema 2*. São Paulo: Brasiliense, 2013 [1985].

- DIMENSTEIN, Gilberto. *A Guerra dos Meninos: assassinato de menores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FELD, Steven; BASSO, Keith. *Senses of Place*. Santa Fé: School of American Research Press, 1996.
- FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2010.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: the theater state in XIXth century Bali*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- GEERTZ, Clifford. Afterword. In: FELT, Steven; BASSO, Keith. *Senses of place*. Santa Fé: School of American Research Press, 1996.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. "Space, Identity, and the Politics of Difference." *Cultural Anthropology*. vol.7, no.1. 1992. pp 6-23.
- HARVEY, David. *The condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- JACKSON, John. *Discovering the vernacular landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- JELIN, Elizabeth. Cidadania e alteridade. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *Cidadania. Revista do Patrimônio*, número 24. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.
- LEACH, Edmund. *Political Systems of Highland Burma*. Londres: LSE/G/Bell and Sons, 1954.
- LEACH, Edmund. *Culture and communication. The logic by which symbols are connected*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- LEITE, Rogério Proença. *Espaço Público e Política dos Lugares. Usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2001.
- LYNCH, Kevin. *The image of the city*. Cambridge: The MIT Press, 1982 [1960].
- MAFFESOLI, Michel. *O Tempo das Tribos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MOISÉS, José Álvaro. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: CEDEC, Paz e Terra. 1977
- OLIVEIRA, Marcelo Nahuz de. *Avenida Paulista. A produção contemporânea de uma paisagem de poder*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Campinas: Unicamp, 1998.
- OLIVEIRA, Marcelo Nahuz de. Avenida Paulista. A produção contemporânea de uma paisagem de poder. In: ARANTES, Antonio (Org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- PINHO, Osmundo Araújo. *O "mundo negro", hermenêutica crítica da reafirmação em Salvador*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.
- PINHO, Osmundo. *Descentrando o Pelô. Narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Campinas: UNICAMP, 1996.

- RESNAIS, Alan. *L'année dernière à Marienbad*. 1961.
- RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, C.; PROENÇA LEITE, R. (org.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SCHECHNER, Richard "The city is the stage". IN: *The Future of Ritual*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- SCHLAICH, Adelina. *Ipiranga*. São Paulo: TV Cultura, 1989.
- SIMMEL, G. Simmel. "Pont et porte". IN: *La tragédie de la Culture et autres essais*. Paris: Petite Bibliothèque Rivages, 1988 (1909).
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada. Veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. ARANTES, Antonio (Org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000. [1997]
- THOMPSON, Edward P. The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. *Past and Present*, No. 50, 1971.
- TURNER, Victor. *Schism and Continuity*. Manchester: Manchester University Press, 1972.
- TURNER, Victor. *From Ritual to Theatre*. New York: Performing Arts Journal Publications, 1982.
- WENDERS, Wim. "A paisagem urbana". IN: Buarque de Holanda (Org.). Cidade, número 23. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 1994. [1991]
- WENDERS, Wim. *Der Himmel über Berlin. Road Movies Filmproduktion*. Argos Films, 1987.
- ZUKIN, Sharon. *Landscapes of Power*. Berkeley: University of California Press, 1991.